

Estigmas de Gênero na Educação: Relato da Atuação Masculina em uma Escola Pública de Caruaru/Pe**Gender Stigmas In Education: An Account Of Male Professional Experience In A Public School In Caruaru/Pe****Estigmas De Género En La Educación: Un Relato De La Actuación Masculina En Una Escuela Pública De Caruaru/Pe**Cauã Lopes de Lima Silva¹

Relato de experiência

Linha de pesquisa: Prática Pedagógica, Currículo e Formação de Professores

RESUMO

Este relato de experiência analisa as manifestações de preconceito e estigma de gênero vivenciadas por um profissional masculino na função de auxiliar de educação em uma escola pública de Caruaru/PE. Fundamentado na discussão sobre história da docência e os estereótipos de gênero, o estudo adota uma metodologia autoetnográfica, utilizando a vivência do autor como corpus de pesquisa. Os resultados revelam que a presença masculina na educação infantil é frequentemente alvo de desconfiança, evidenciada por olhares tortos, burburinhos e o receio de falsas acusações, o que limita a prática pedagógica. Conclui-se pela urgência em desconstruir esses estigmas, promovendo um ambiente escolar mais inclusivo e equitativo, onde a segurança das crianças seja priorizada sem preconceitos infundados. O trabalho aponta para a necessidade de futuras pesquisas e ações institucionais para valorizar a diversidade de gênero no corpo docente.

Palavras-chave: Gênero. Educação Infantil. Preconceito.**ABSTRACT**

This experience report analyzes the manifestations of gender prejudice and stigma experienced by a male professional working as an education assistant in a public school in Caruaru/PE. Grounded in the discussion about the history of education and gender stereotypes, the study adopts an autoethnographic methodology, using the author's experience as the research corpus. The results reveal that the male presence in early childhood education is often met with distrust, evidenced by sideways glances, whispers, and the fear of false accusations, which limits the pedagogical practice. It is concluded that there is an urgent need to deconstruct these stigmas, promoting a more inclusive and equitable school environment where the safety of children is prioritized without unfounded prejudices. The work points to the need for future research and institutional actions to value gender diversity in the teaching staff.

¹ Bacharelado em Direito na Asces-Unita, foi auxiliar de educação efetivo na rede municipal de educação de Caruaru, hoje atua no TJPE. E-mail: limacaua369@gmail.com

Keywords: Gender. Early Childhood Education. Prejudice.

RESUMEN

Este relato de experiencia analiza las manifestaciones de prejuicio y estigma de género vividas por un profesional masculino en la función de auxiliar de educación en una escuela pública de Caruaru/PE. Fundamentado en la discusión sobre la historia de la docencia y los estereotipos de género, el estudio adopta una metodología autoetnográfica, utilizando la vivencia del autor como corpus de investigación. Los resultados revelan que la presencia masculina en la educación infantil es frecuentemente objeto de desconfianza, evidenciada por miradas torcidas, rumores y el temor a falsas acusaciones, lo que limita la práctica pedagógica. Se concluye por la urgencia de deconstruir estos estigmas, promoviendo un ambiente escolar más inclusivo y equitativo donde la seguridad de los niños sea priorizada sin prejuicios infundados. El trabajo señala la necesidad de futuras investigaciones y acciones institucionales para valorar la diversidad de género en el cuerpo docente.

Palabras clave: Género. Educación Infantil. Prejuicio.

1 Introdução

O ambiente educacional, historicamente marcado pela feminização da docência, tem sido palco de complexas dinâmicas de gênero que, embora frequentemente associadas às lutas e conquistas femininas, também se manifestam na experiência de profissionais masculinos. Este relato de experiência se debruça sobre os estigmas de gênero e os limites do direito à igualdade vivenciados por um auxiliar de educação masculino em uma escola pública na cidade de Caruaru, Pernambuco. A relevância desta discussão reside na necessidade de ampliar o debate sobre as masculinidades na docência, especialmente na educação infantil, um campo onde a presença masculina ainda é minoritária, como demonstram os Censos Escolares dos últimos 5 anos e, por vezes, alvo de preconceitos e desconfianças.

De acordo com os Censos Escolares dos últimos 5 anos divulgados pelo Inep, a disparidade de gênero no magistério infantil mantém-se praticamente estável ao longo dos anos, apesar de pequenas variações. Em 2024, apenas 3,9% dos docentes da Educação Infantil eram homens; em 2023, 3,8%; em 2022 e 2021, 3,7%; e em 2020, 3,6%. Embora os números revelem um crescimento sutil, eles também evidenciam a lentidão das transformações culturais e estruturais que ainda restringem a presença masculina nesse espaço educativo.

Essa constatação reforça a urgência de ampliar a produção científica sobre o tema, sobretudo no contexto brasileiro, onde as pesquisas tendem a concentrar-se nas

desigualdades que afetam as mulheres na docência, relegando a experiência masculina a um plano secundário ou meramente estatístico.

A escolha deste tema justifica-se pela lacuna na literatura e na discussão pública sobre os desafios enfrentados por homens que atuam em profissões de cuidado historicamente feminizadas. Ao compartilhar uma vivência concreta, busca-se contribuir para a compreensão das barreiras invisíveis e explícitas que limitam o pleno exercício profissional e o direito a um ambiente de trabalho equitativo, conforme preconizado pela legislação vigente. Além disso, o relato visa fomentar a reflexão sobre a importância da diversidade de gênero no corpo docente e o impacto da perpetuação de estereótipos na formação das novas gerações.

As lacunas mais evidentes situam-se na ausência de estudos que abordem os impactos subjetivos, sociais e jurídicos da atuação de homens na educação infantil – como o medo de acusações indevidas, o constrangimento diante da desconfiança de famílias e colegas, e a limitação de funções associadas ao cuidado físico das crianças. Produzir literatura que enfrente essas questões é essencial para compreender como os estigmas de gênero operam também em direção aos homens e como o Direito pode contribuir para a construção de ambientes educacionais verdadeiramente igualitários.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo geral relatar e analisar as manifestações de preconceito e estigma de gênero vivenciadas pelo autor em sua atuação como auxiliar de educação. Para tanto, os objetivos específicos incluem: (a) investigar como a construção social do gênero e a histórica feminização do magistério no Brasil contribuem para a naturalização da ausência masculina na educação infantil; (b) analisar criticamente por que os estereótipos e desconfianças em relação à presença de homens na docência persistem, mesmo diante de avanços legais e normativos que asseguram a igualdade de gênero; e (c) refletir sobre as consequências desses estigmas para a prática pedagógica, o bem-estar profissional e a efetividade dos direitos fundamentais no ambiente escolar.

Dessa forma, a originalidade deste relato reside na articulação entre experiência pessoal, reflexão pedagógica e análise jurídica, oferecendo uma perspectiva ainda pouco explorada sobre a atuação masculina na educação infantil. Ao narrar a vivência de um

educador homem no contexto da rede pública de Caruaru, interior agrestino de Pernambuco, busca-se dar visibilidade a um sujeito frequentemente silenciado nas discussões acadêmicas dos grandes centros e nas políticas educacionais, evidenciando como os estigmas de gênero se materializam no cotidiano escolar e dialogam com os princípios constitucionais da igualdade, dignidade da pessoa humana e presunção de inocência.

2 Fundamentação teórica

2.1 Gênero e a Luta pela Igualdade de Trabalho para Mulheres

O conceito de gênero, conforme desenvolvido por teóricas feministas como Simone de Beauvoir, não se refere a uma essência biológica, mas a uma categoria analítica que expressa as construções sociais e culturais das diferenças entre homens e mulheres, pensamento este condensado na célebre frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”, ideia que inaugura uma compreensão de gênero como produto histórico e relacional.

Connell e Pearse (2015, p. 46) aprofundam essa perspectiva ao definir gênero como “diferenças sociais e psicológicas que correspondem a essa divisão, sendo construídas sobre ela ou causadas por ela”. Em sua teoria das masculinidades múltiplas, as autoras propõem que as identidades masculinas também são atravessadas por hierarquias e relações de poder – ou seja, não existe uma masculinidade única, mas formas diversas de ser homem que se relacionam com estruturas de dominação e subordinação.

Judith Butler (2003), por sua vez, questiona a própria estabilidade dessas categorias ao introduzir o conceito de performatividade de gênero, segundo o qual o masculino e o feminino são efeitos reiterados de práticas sociais, e não identidades fixas. Assim, tanto o comportamento “maternal” atribuído às mulheres quanto a suposta “inadequação” dos homens ao cuidado infantil são produtos de discursos normativos que moldam as práticas e percepções cotidianas.

Dessa forma, o gênero funciona como um princípio organizador das relações sociais e profissionais, estabelecendo fronteiras simbólicas entre o que se espera de

homens e mulheres em determinados espaços. Historicamente, o mundo do trabalho reproduziu essa lógica, direcionando as mulheres a funções de cuidado e os homens a posições de autoridade. A educação infantil, nesse contexto, tornou-se um campo fortemente associado à feminilidade – o que, como discute Connell (2016), reforça tanto a valorização moral do cuidado quanto a desvalorização material e simbólica da profissão.

2.2 História da Educação e a Feminilização da Docência

A trajetória da educação formal, especialmente no Brasil, desenvolveu-se de forma que há, hoje, uma ligação estreita com a presença feminina (Silva, 2021). No século XIX, com a expansão das escolas primárias, a docência foi progressivamente feminizada. Essa feminilização não ocorreu por acaso, mas foi impulsionada por uma série de fatores sociais e econômicos. A mulher, vista como naturalmente apta para o cuidado, a paciência e a moralização, foi considerada ideal para o ensino de crianças, especialmente nas primeiras séries. Além disso, o magistério oferecia uma das poucas oportunidades de trabalho "decente" para mulheres fora do lar, com salários geralmente mais baixos que os pagos a homens em outras profissões, o que a tornava economicamente atrativa para os sistemas de ensino (Lima, 2006).

Essa predominância feminina na educação, particularmente na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, consolidou a imagem do professor como uma figura predominantemente feminina. Essa construção histórica, embora tenha aberto portas para as mulheres, também gerou estereótipos e expectativas de gênero que, por contraste, tornam a presença masculina na docência uma "peculiaridade" a ser observada e, por vezes, questionada.

2.3 Legislação Trabalhista pela Igualdade de Gênero

O Brasil possui um arcabouço legal significativo que visa garantir a igualdade e a não discriminação no ambiente de trabalho. A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 5º, inciso I, estabelece que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição". Além disso, a Consolidação das Leis do

Trabalho (CLT) e outras legislações específicas proíbem a discriminação por motivo de sexo, raça, cor, estado civil, idade, entre outros. Convenções internacionais ratificadas pelo Brasil também reforçam o compromisso com a igualdade de oportunidades e tratamento no emprego e na profissão.

No entanto, casos noticiados frequentemente ilustram uma disparidade entre o ordenamento jurídico e a realidade: professores e auxiliares homens afastados preventivamente de suas funções após denúncias sem provas. Tais situações revelam uma lacuna entre o ideal constitucional de igualdade e a sua concretização prática, mostrando que o Direito, embora normativamente comprometido com a não discriminação, ainda reproduz – por omissão – uma lógica de gênero excludente.

Assim, refletir juridicamente sobre essas experiências não significa negar o avanço da legislação brasileira, mas reconhecer que a efetividade do princípio da igualdade material depende também da revisão crítica de como as normas são interpretadas e aplicadas diante de novas formas de desigualdade, inclusive aquelas que atingem os homens em contextos historicamente feminilizados.

2.4 Preconceito no Ambiente Profissional

A presença de homens na docência, especialmente na educação infantil, ainda é minoritária e, muitas vezes, cercada de preconceitos e desconfianças. Autores como Silva e Lage (2020), Silva (2021) e Menezes (2022) apontam que a atuação masculina em profissões historicamente femininas pode ser alvo de escrutínio social, questionamentos sobre sua sexualidade e, lamentavelmente, de suspeitas infundadas.

Não obstante, o relato de Silva e Martins (2016) adianta que esse estigma já acompanha o profissional da educação desde o período da formação na área, em que os olhares e sussurros, quase que para expressar um desprezo silencioso, permeia a presença do aluno homem na sala de aula do curso de Pedagogia.

Na educação infantil, onde a figura do "cuidador" é fortemente associada à mulher e à maternidade, o professor pode enfrentar uma série de estigmas. Isso inclui a sexualização de sua presença, a desconfiança por parte de pais e até mesmo de colegas,

o receio de falsas acusações de abuso e a necessidade constante de provar sua idoneidade e competência.

Tais preconceitos, reforçados pela estatística, não apenas limitam o direito à igualdade e a condições dignas de trabalho para esses profissionais, mas também privam as crianças da diversidade de referências de gênero no ambiente escolar, perpetuando estereótipos e reforçando a ideia de que o cuidado e a educação de crianças pequenas são tarefas exclusivamente femininas.

3 METODOLOGIA

O presente relato de experiência adota uma abordagem qualitativa de pesquisa, por se debruçar sobre a compreensão aprofundada de um fenômeno social complexo – os estigmas de gênero na educação – a partir da vivência do autor. Conforme Gil (2008, p.175), a análise qualitativa engloba uma redução dos dados que “consiste no processo de seleção e posterior simplificação dos dados que aparecem nas notas redigidas no trabalho de campo”. Tal escolha metodológica permite captar nuances subjetivas e simbólicas que dificilmente seriam apreendidas por métodos quantitativos.

Contudo, é importante reconhecer as limitações inerentes a essa abordagem. Como destaca o próprio Gil (2008), o método qualitativo está sujeito a interpretações fortemente marcadas pela perspectiva do pesquisador, o que pode introduzir viés de subjetividade e dificuldade de generalização dos resultados. Nesse sentido, este trabalho não pretende representar toda a experiência masculina na docência, mas iluminar, a partir de uma vivência singular, dinâmicas sociais mais amplas que envolvem os estigmas de gênero.

Caracteriza-se como uma pesquisa de natureza descritiva, pois busca detalhar e analisar as experiências de preconceito e estigma enfrentadas por um profissional masculino na docência em uma escola pública. O objetivo não é generalizar dados, mas sim oferecer uma narrativa crítica que provoque reflexão sobre as dinâmicas de gênero no ambiente educacional.

O processo metodológico para a construção deste relato baseou-se na autoetnografia, abordagem que une experiência pessoal e análise cultural. A vivência e

a atuação do autor na função de auxiliar de educação em uma escola pública de Caruaru constituem o corpus da pesquisa. A partir dessa imersão e observação participante, foram registrados e analisados eventos e interações que revelaram os estigmas de gênero.

Os instrumentos de coleta de dados incluíram anotações informais, registros de falas, gestos e comportamentos, além de memórias e reflexões pessoais revisadas à luz dos referenciais teóricos. Tais recursos possibilitaram compreender não apenas os fatos observáveis, mas também os impactos emocionais e simbólicos que emergem do convívio escolar.

A análise e interpretação dos dados ocorreram de forma contínua, em um movimento reflexivo entre a experiência vivida e o referencial teórico. As situações registradas foram organizadas em categorias temáticas que emergiram tanto da observação quanto da leitura analítica das anotações e memórias. Inicialmente, realizou-se uma leitura flutuante dos registros, com o intuito de identificar recorrências e padrões discursivos relacionados às percepções de gênero. Em seguida, os episódios foram agrupados em três eixos centrais:

Para reduzir o risco de conclusões enviesadas, adotou-se uma postura de reflexividade contínua, revisitando periodicamente as anotações e comparando as impressões iniciais com as interpretações teóricas posteriores. Além disso, buscou-se triangular percepções – confrontando memórias pessoais com observações de colegas e registros institucionais sempre que possível –, garantindo maior consistência às análises e evitando generalizações apressadas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS DADOS

A atuação em um espaço predominantemente feminino, como a educação infantil, expôs o autor a diversas formas de preconceito e estigma. A desconfiança em relação à presença masculina em contato direto com crianças pequenas é uma das manifestações mais latentes. Observou-se que a figura do homem, nesse contexto, muitas vezes, é automaticamente associada a um potencial risco, em contraste com a naturalização da figura feminina. Ao mesmo tempo, percebeu-se que o imaginário comum do homem

educador, sobretudo na educação infantil, envolve uma figura homoafetiva, por exigir mais cuidado, expressão e atenção, tidos como atributos mais femininos.

Isso se traduziu em burburinhos e comentários sobre a sexualidade do autor no ambiente escolar, partindo de uma funcionária, e olhares de pais e responsáveis, ratificando os estigmas, muitos endossados pela homofobia, considerando o arquétipo criado, há pouco exposto, do professor homem. Silva e Martins (2016) observam esse fato e compreendem que ele se origina na desvalorização de tudo que é considerado coisa de mulher, havendo no Brasil um reforço para, a partir disso, praticar a homofobia.

A simples presença do homem em atividades de cuidado ou interação mais próxima com as crianças gerava uma vigilância implícita por parte dos parentes, nos momentos em que estavam na escola, mas também da coordenação pedagógica, como visto com um professor do ensino fundamental. Observações da mesma sutileza não eram realizadas com as profissionais mulheres. Esse comportamento, embora muitas vezes não verbalizado diretamente, criava uma atmosfera de desconforto e de constante necessidade de autojustificação da presença e da intenção, além da tentativa de sempre estar, fisicamente, distante dos alunos, principalmente, nos momentos de higiene pessoal.

Um dos aspectos mais desafiadores da experiência foi o medo da reação dos pais. A preocupação constante com a percepção externa e o receio de que qualquer interação pudesse ser mal interpretada geravam um estado de alerta permanente. Esse temor não se baseava em experiências concretas de má-conduta, mas sim no estigma social profundamente arraigado, que associa a masculinidade a potenciais ameaças em contextos de cuidado infantil.

Essa apreensão culminava no que pode ser descrito como um receio eterno (sentimento compartilhado por outro colega da educação inclusiva) e a possibilidade de falsas acusações. A consciência de que uma denúncia infundada poderia ter consequências devastadoras para a carreira e a vida pessoal impunha uma autocensura na prática pedagógica. Mesmo assim, tanto autopolicimento não garantia segurança alguma para o profissional. Em certo dia, uma das alunas, com 5 anos de idade, informou a este autor que o pai dela estava atento para o “carinho feito no cabelo” da filha e que

iria à escola. Quando a irmã mais velha da criança, que também estudava na escola, foi consultada, ela desmentiu parte da história da menina, dizendo que nenhum dos pais havia considerado o que a pequena havia falado. Ademais, fez um adendo: a irmã mais nova também tinha dito aos genitores que ela foi agredida pelo “tio da sala”.

Esse incidente, embora desmentido pela irmã, revelou a fragilidade da posição masculina em um ambiente tão sensível e a facilidade com que narrativas de desconfiança podem ser construídas, ecoando as discussões da delegada Tathiana Guzella sobre falsas acusações, as quais “acabam com a vida” (Garcia, 2025) – às vezes, literalmente – do acusado. Essa vigilância interna e externa limita a espontaneidade e a plenitude da atuação profissional, transformando o ambiente de trabalho em um campo minado de potenciais mal-entendidos. Isso ocorre de tal forma que outro profissional constatou precisar se precaver permanecendo a vários metros de distância de qualquer banheiro infantil, porque incidente semelhante havia ocorrido com ele.

Esse episódio, embora aparentemente isolado, revela algo mais profundo do que uma simples situação de mal-entendido: evidencia a sexualização precoce da infância e a desconfiança estrutural dirigida aos homens em espaços de cuidado. O fato de a fala de uma menina de cinco anos ter sido imediatamente interpretada como potencial acusação não decorre apenas do zelo familiar, mas de uma lógica social que associa o corpo masculino à ameaça e o feminino à inocência e vulnerabilidade. Essa dinâmica reflete o que Butler (2003) descreve como o “regime de inteligibilidade de gênero”, no qual certas condutas são lidas como possíveis ou impossíveis de acordo com os papéis normativos atribuídos a cada sexo.

Em contextos como o da educação infantil, essa leitura normativa se torna particularmente perigosa, pois o espaço do cuidado é simultaneamente sacralizado e vigiado. A presença de um homem nesse território tensiona simbolicamente a fronteira entre o afeto legítimo e o comportamento suspeito – uma fronteira que, na prática, é constantemente reforçada por estereótipos de gênero e pela própria fragilidade institucional da escola em lidar com acusações sensíveis.

As vivências de estigma e preconceito descritas demonstram que, apesar da existência de uma legislação robusta que preconiza a igualdade de gênero e condições

dignas de trabalho, a realidade social e cultural ainda impõe barreiras significativas. O direito à igualdade no ambiente de trabalho, para profissionais masculinos na educação infantil, é constantemente minado por estereótipos e desconfianças que não se aplicam da mesma forma às mulheres. Assim, a experiência aqui narrada ilustra como a lei, embora proteja o princípio da igualdade formal, não alcança as dimensões simbólicas e culturais da desigualdade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato de experiência buscou analisar as manifestações de preconceito e estigma de gênero vivenciadas por um profissional masculino na função de auxiliar de educação em uma escola pública de Caruaru/PE. Ao longo do trabalho, evidenciou-se que a feminização histórica da docência, especialmente na educação infantil, cria um cenário onde a presença masculina é frequentemente alvo de desconfiança e julgamentos, mesmo diante de um arcabouço legal que preconiza a igualdade de direitos e condições de trabalho.

A análise demonstrou que, embora o ordenamento jurídico brasileiro assegure a igualdade entre homens e mulheres no ambiente laboral, as práticas sociais ainda reproduzem assimetrias de gênero e suspeição seletiva. Essa tensão entre a norma e a prática revela o limite do Direito enquanto instrumento formal de igualdade: as garantias legais não bastam para transformar imaginários sociais arraigados, o que reforça a necessidade de políticas de formação docente e de gestão escolar que enfrentem o tema de forma estruturada.

Desconstruir estigmas, portanto, exige mais do que campanhas simbólicas — demanda ações concretas de formação continuada sobre gênero e masculinidades, protocolos institucionais de proteção contra falsas denúncias e discriminação, e iniciativas que estimulem a presença a diversidade em etapas iniciais da educação. Também se faz necessária uma revisão das diretrizes curriculares de licenciaturas, para que contemplem a discussão de gênero como dimensão ética e política da profissão docente.

Quanto às limitações deste relato, reconhece-se o viés inerente à experiência individual e o fato de a análise se basear em um único contexto institucional. A ausência de comparação com outras realidades – públicas e privadas, rurais e urbanas, de diferentes regiões – restringe o alcance generalizável das conclusões.

Para pesquisas futuras, recomenda-se aprofundar o estudo sobre como o sistema jurídico brasileiro lida com casos de discriminação e suspeição contra profissionais homens na educação infantil. A análise de processos judiciais, políticas de compliance educacional e práticas administrativas em secretarias de ensino pode revelar as lacunas normativas e operacionais que permitem a perpetuação dos estigmas. Essa abordagem interdisciplinar entre Direito e Educação pode contribuir para o aperfeiçoamento de marcos legais e protocolos institucionais de proteção à dignidade profissional.

6 REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. 1. ed. São Paulo: Nversos, 2015.

GAMA, F.; RAIMONDI, G. A.; BARROS, N. F. DE .. Apresentação -Autoetnografias, escritas de si e produções de conhecimentos corporificadas. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), n. 37, p. e21300, 2021.

GARCIA, Pedritta Marihá. **Câmara analisa banco de dados sobre denúncia falsa na Lei Maria da Penha**. 2022. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/camara-analisa-banco-de-dados-sobre-denuncia-falsa-na-lei-maria-da-penha>. Acesso em: 2 mai. 2025.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Admilson Marinho de. **Feminização do trabalho docente**. In: Simpósio Nacional de História, 28 ed., 2015, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: [s.n.], 2006. p. 1-8.

MALTA, D. C. et al. Fatores associados à notificação de violência na infância no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 30, n. 2, 2025.

MENEZES, C. D. P. B. Professores homens na educação infantil: masculinidades, docência e desconstrução de lugares fixos. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 9, n. 20, p. 74-90, 27 de maio de 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.un.org/pt/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: 5 mai. 2025.

SILVA, Alexandre Rodrigo Nishiwaki da. Eu, homem e educador de crianças pequenas: aprendizagem dialógica na docência na Educação Infantil. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 15, n. 31, p. 199-213, jan./abr. 2021.

SILVA, Júlio Régis da; MARTINS, Viviane Lima. O Professor Homem na Educação Infantil: um olhar acerca do preconceito. **Revista Intraciência**, online, ed. 11, Jun./2016.

SILVA, M. A.; LAGE, A. C. “Você é um ótimo profissional, não temos dúvidas, mas para minha escola não dá certo”: o caso dos professores homens no município de Caruaru-PE. **REVISTA COCAR**, online, v.14 n.28, p.506-520, Abr./ 2020.

NOTA: Os autores foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.

Submetido em: 18/12/2025

Aceito em: 23/02/2026

Publicado em: 16/05/2026